

**POR UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA QUEER NO ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS POLÍTICOS
ACERCA DA PROIBIÇÃO DO USO DE LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA NO
BRASIL**

*ET 03 - As Novas Tecnologias de Poder no Combate às Dissidências: se
fere nossa existência, seremos resistência!*

René Dominique de Oliveira Menezes ¹
Vinícius Albuquerque de Souza ²
Marco Antônio Lima do Bonfim ³

RESUMO

Este trabalho, busca observar a reação conflituosa do Brasil frente à linguagem não binária. Utilizamos como corpora discursos políticos, que foram analisados de acordo com a Análise do Discurso francesa, bem como as noções de Linguística Queer por Melo (2022), Borba (2015) e Possenti et al. (2022). A análise visa compreender como se dá a composição desses discursos, observando as posições sócio-históricas e ideológicas ocupadas pelos sujeitos enunciadore. Investigando as FDs selecionadas, constatamos que os sujeitos se pautam na preservação do português padrão e nos valores tradicionais da família. Nisso, uma Educação Linguística Queer se mostra emergente na formação intelectual e crítica do aluno, visando o exercício da cidadania destes.

Palavras-chave: Linguística Queer; Gênero; Discurso

INTRODUÇÃO

Assunto crescente nos últimos anos, a pauta sobre a linguagem não-binária no Brasil tem se mostrado como um lugar de conflitos onde emergem discursos tanto a favor como de encontro ao uso dessa variedade linguística. Na esfera política, observa-se a criação de projetos de lei objetivando impedir seu uso e aprendizagem em instituições educacionais. Nisso, emergem discursos que - teoricamente - visam proteger a língua portuguesa e a educação de crianças e jovens brasileiros.

¹ Graduando de Bacharelado em Letras pela UFPE; e-mail: rene.dmenezes@ufpe.br

² Graduando de Licenciatura em Letras Português pela UFPE; e-mail: vinicius.asouza@ufpe.br

³ Professor titular da UFPE; marco.bonfim@ufpe.br

Neste trabalho, busca-se observar tais discursos e para isso foram selecionados trechos, tanto escritos como falados. Estes são submetidos a uma análise discursiva de corrente francesa, postulada na sua origem por Pêcheux e Dubois, a fim de problematizar tais discursos contrários à linguagem não-binária e ao ensino de Linguística *Queer*.

A linguagem não-binária é também uma performance que pessoas e corpos de fora do sistema cisheteronormativo utilizam. Faz-se necessário observar de onde se originam esses discursos contrários - enquanto mecanismos de censura e violência para com performances de gênero que rompem com a matriz cultural de inteligibilidade - a linguagem não-binária, em que outros discursos se apoiam e qual sua finalidade.

Diante disso, elencamos como objetivos entender, primeiramente, o que é a linguagem não-binária (bem como suas origens e estrutura) e entender os discursos em oposição a mesma. Depois de entendê-los, torna-se possível analisar e tomar uma posição combativa a esses discursos, fazendo-se perceber a importância de uma educação linguística *queer*.

O dispositivo teórico de análise é composto por trechos identificados e eleitos como formações discursivas, posteriormente analisadas. Estes foram retirados do Projeto de Lei 5248/20 de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) e dos capítulos 1 e 2 da reportagem de Eduardo Tramarim disponível no site da Câmara dos Deputados. Em comum, estes apresentam o fenômeno da linguagem “neutra”, tendo sido selecionadas as formações discursivas (FDs) que melhor representassem a oposição.

METODOLOGIA

Como dito anteriormente, foram eleitos tanto a PL 5248/20 escrita pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) quanto os capítulos 1 e 2 da entrevista de Eduardo Tramarim disponibilizada no site da Câmara dos deputados. Tendo sido selecionados trechos para compor a análise, é possível pontuar sobre os critérios de seleção: O caráter nacional da PL proposta pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) e a relação que a reportagem estabelece em investigar a discussão sobre a linguagem “neutra”, envolvendo parlamentares e especialistas; foram selecionados os trechos que

caracterizassem diferentes argumentos contra a linguagem “neutra”; o fato desses trechos apresentarem caráter conservador e protetivo dos valores tradicionais.

Cada FD é analisada de acordo com o repertório de fundamentação teórica o que aborda as questões do fenômeno do gênero “neutro” na língua portuguesa, da linguagem “neutra” ou não-binária, além de apresentar a perspectiva da Análise do Discurso francesa, a qual é utilizada como instrumento de interpretação e análise. Também é levado em consideração o estudo de diversos linguistas brasileiros que se desdobram sobre este objeto que é a Linguística Queer, como Melo, Borba, Possenti, dentre outros.

A metodologia neste trabalho, portanto, é composta por recortes - conceito trazido por Orlandi (1984) - onde partes do texto são selecionadas a partir de suas relações semânticas e dos objetivos da pesquisa. Na AD, busca-se compreender como os sentidos são produzidos, sendo o dispositivo teórico construído a cada análise onde o analista se torna responsável por mobilizar conceitos de acordo com as questões por ele levantadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o dicionário Michaelis (2019), a palavra “gênero” é definida como uma forma de categorizar um determinado grupo, ser ou objeto baseado em propriedades comuns que estes possuem. Nesse caso, Bossaglia (2019) comenta que, quando o ser humano aderiu ao sedentarismo, seu estilo de vida se tornou mais saudável, resultando em uma melhor qualidade de vida, logo, uma maior expectativa de vida.

Em consonância a isso, a autora discute que o aumento considerável da população foi o pontapé inicial para a eclosão de sociedades complexas, nas quais emerge as noções de hierarquia social, Desse modo, da mesma forma que aprendemos a categorizar os humanos por sua função social, também aprendemos a categorizá-los por suas genitálias. Assim, na maioria das sociedades modernas, espera-se que um determinado indivíduo se comporte, se vista e fale de uma determinada forma baseado em sua genitália.

Nesse sentido, Melo (2022) postula que nossos corpos são instrumentos de manifestação política, e a não conformidade com o gênero imposto se caracteriza como uma transgressão social. Considerando que os estereótipos de gênero são moldados de

forma binária, compreendemos, naturalmente, que há pessoas que não performam seu gênero designado ao nascer de forma estrita, havendo, ainda, pessoas que, além de não performar de forma estrita, não se identificam com seu gênero imposto – que é o caso de pessoas transgênero ou não binárias. Como o próprio nome já sugere, a não binariedade de gênero se manifesta naqueles indivíduos que possuem corpos e/ou expressões de gênero ininteligíveis pela sociedade, ou seja, indivíduos que não se identificam com o sistema binário de gênero masculino e feminino.

A demanda do gênero neutro na língua portuguesa passou a ser debatida mais amplamente quando começou a ser introduzida a letra “x” ou “@” no lugar das vogais temáticas “o” e “a” em palavras que recebem flexão de gênero. Inicialmente, essa variante era, majoritariamente, encontrada em redes sociais em situações informais de uso da língua. Embora o “@” não tenha ganhado tanta força quanto o “x”, rapidamente vieram à tona discussões pautadas em problematizar o uso de ambos, sob a retórica de que seu emprego não era inclusivo, pois dificultava a leitura de pessoas disléxicas e o acesso de deficientes visuais à textos virtuais, visto que estes dependem de leitores virtuais e a ferramenta não é programada para ler palavras redigidas com “x” ou “@”. Além disso, observou-se que a nossa língua não era capaz de nos prover uma pronúncia fluida dessas palavras quando adaptadas para tal variante.

Nesse contexto, uma nova variante começa a ganhar forma e força, novamente, nas redes sociais. A nova proposta de gênero neutro foi desenvolvida partindo da premissa que, como destaca Mattoso Câmara Jr. (2019), apenas 4,5% dos substantivos da língua portuguesa recebem flexão de gênero, nos guiando para a conclusão de que, nessa circunstância, o sexo do ser referenciado pode influenciar na atribuição de gênero morfológico do substantivo. Fora tal situação, não há nenhuma regra específica prevista na gramática tradicional da nossa língua que determine o gênero morfológico dos 95,5% outros substantivos.

Diante disso, nota-se que, apesar de haver substantivos que poderiam ser classificados “neutros” por contemplarem ambos os sexos, nossa língua não possui a categoria de gênero neutro tal como o latim vulgar – língua a qual o português é derivado. Concomitantemente, as demais línguas latinas (com exceção do romeno) também não apresentam gênero neutro. Assim, palavras que eram originalmente neutras no latim passaram a pertencer à classe masculina ou feminina.

Portanto, a atribuição do gênero morfológico de uma palavra ainda é uma dúvida que permeia os estudos estruturais da linguística, pois, uma vez que não há regras previstas, poderíamos concluir que se trata de algo puramente arbitrário. Alguns refutariam afirmando que substantivos terminados em {-o} são masculinos e os terminados em {-a} femininos. Todavia, faz-se relevante elucidar que o que foi mencionado não é uma regra, e sim um padrão.

Popularmente, as pessoas têm o hábito de associar o gênero morfológico a sexo biológico. Este é um equívoco, uma vez que gênero gramatical é, basicamente, uma maneira que algumas línguas encontraram de categorizar seus substantivos, podendo também – contudo, não necessariamente – estar atrelado ao sexo da criatura. Um exemplo contrário é a palavra alemã *mädchen* (garota), a qual pertence ao gênero neutro mesmo fazendo alusão a um ser sexuado. Logo, o gênero neutro não é um meio termo entre algo que não pertence ao sexo masculino nem ao feminino, mas apenas mais uma classe em que caracterizamos palavras.

Nesse contexto, Barbosa Filho e Othero (2022) defendem que, talvez, denominar essa variante de “gênero neutro” seja um equívoco, se for considerado que a proposta de gênero neutro no português busca contemplar justamente esse meio termo em que alguns indivíduos não se enquadrariam na concepção social de gênero masculino e feminino, além de poder ser utilizado em ocasiões que nos referimos à coletivos em que haja sujeitos de gênero masculino, feminino e não binário, como em “todes”, “elus” e “filhes”. Isso posto, atualmente, há quem prefira, como os autores supracitados, denominar essa variação “neutra” de *linguagem não binária*, justamente para não causar confusão com o conceito de gênero neutro de outras línguas. Ademais, tendo em vista que língua é um mecanismo de reafirmação identitária, parece justo que indivíduos não binários reivindiquem o uso de uma linguagem que os represente, posto que a língua portuguesa tem um sistema binário de gênero para seres sexuados, como pontuado anteriormente.

A partir disso, uma vez que pautas pertinentes ao movimento LGBTQIAP+ se tornam cada vez mais frequentes na mídia e literatura brasileira, o debate sobre gênero ganhou espaço no Plano Nacional de Educação, despertando a fúria de grupos religiosos conservadores, que alegavam que essa temática não era pertinente de ser tratada nas escolas (MAZZARO & MARINS-COSTA, 2020). Isso foi o estopim para que discursos

falso moralistas, ancorados na Biologia, se tornassem justificativa para a exclusão do tema em sala de aula.

No entanto, trazer para a sala de aula a pauta de gênero tem como principal objetivo provocar no aluno uma reflexão acerca do seu “eu”, isto é, sobre como ele se entende enquanto pessoa no mundo. Assim, mediante o estímulo da reflexão crítica sobre por vieses mais sociológicos, Bagno & Rangel (2005) propõem que a educação linguística habilite o aluno a formar cidadãos que sejam competentes de participar de todas as situações sociolinguísticas que são inseridos, incluindo aqueles contextos em que os envolvidos no discurso venham de realidades e vivências diferentes. Portanto, o ensino da proposta da variedade neutra em sala de aula se mostra cada vez mais necessário, promovendo o que Borba (2019) intitula de educação linguística *queer*, a fim de assegurar o principal papel da escola: dar acesso ao aluno à socialização e, conseqüentemente, à possibilidade de conhecer e aprender a respeitar as diferentes culturas, vivências, religiões e expressões de gênero que vigoram socialmente (MAZZARO, 2021).

Nesse contexto, para definir do que se trata, exatamente, a Linguística Queer (LQ), nos ancoramos nos princípios da Análise do Discurso francesa, buscando compreender melhor como se dá a formação desses discursos a fim de os conhecer mais profundamente e, enfim, problematizá-los. Logo, faz-se necessário, primeiramente, entender a AD e seus conceitos elementares.

A origem dessa linha de estudo data da década de 1960, tendo como seus precursores Jean Dubois e Michel Pêcheux os quais se uniram por compartilhar de ideais marxistas e políticos sobre a luta de classes, a história e o movimento social. (MUSSALIM, 2009). Para a AD, o discurso seria uma forma materializada pela ideologia e proveniente da mesma maneira com que se organizam os modos de produção na sociedade. Nisto, este sujeito não seria capaz de possuir domínio sobre os sentidos presentes no seu discurso, mas o realiza a partir da posição que ocupa sócio-historicamente e ideologicamente.

Isso posto, Fernandes (2007, p. 12), destaca que “não é a língua, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material.” Sendo assim, a AD não tem como objeto a língua ou a gramática, mas sim o discurso e procura observar o sentido na língua enquanto objeto simbólico, analisando o social e o que constitui o homem e sua história. Além disso, é no discurso que a ideologia se

materializa, revelando assim as produções de sentidos, e é a partir dele que os sujeitos enunciam e se revelam os locais que estes ocupam.

Observa-se também as práticas discursivas, estas fazem referência às práticas sociais já que são condições sócio-históricas de produção, sabendo que estas englobam o contexto sócio-histórico e ideológico, mas também as condições de produção de bens e a (re)produção de outras condições de produção, pois “o contexto histórico-social (é) inerente à produção de sentidos” (FERNANDES, 2007, p. 45). Sendo assim, a Análise do Discurso observa o discurso, materializado através da linguagem, como objeto de estudo que revela aspectos sócio-históricos e ideológicos sobre o sujeito (que enuncia o discurso) e a posição que este ocupa, visando compreender como se dá a formação deste discurso (através das suas condições de produção, do esquecimento e da memória) a fim de compreender o que possibilita a formulação deste discurso, bem como quais são as vozes - os interdiscursos - que o permeiam e de que lugar ele é enunciado. O analista, por sua vez, forma a sua análise e interpretação a partir da formação do seu dispositivo analítico, evidenciando o objetivo de sua análise e também como esta é realizada.

Falando sobre os discursos contrários, estes partem de alguns pressupostos, como: incapacidade de cegos e pessoas autistas ou dislexas entenderem e/ou se adaptarem a essa variedade linguística; preservação da língua padrão do português; valores tradicionais e conservadores para proteger crianças; jovens e a família; preservação da liberdade de expressão; frear suposto movimento ideológico que só diz respeito a grupos minoritários e militantes. No entanto, o uso e ensino da linguagem não-binária se mostram importantes, sendo possível citar os seguintes motivos: estimular conhecimentos diferentes dos ensinados em casa; estimular o pensamento crítico e questionar a matriz cultural e inteligibilidade; gerar empatia e compreensão a pessoas e corpos fora do padrão, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Metrôpoles, até 2021 foram criados 34 projetos de lei contrários ao uso da linguagem “neutra” em diferentes esferas da sociedade, tais como instituições de ensino, concursos públicos, administração pública e outros locais.

Convergem aqui fragmentos do PL 5248/20 e de falas disponibilizadas na reportagem enquanto formações discursivas que compõem o corpus da presente análise.

Leva-se em consideração aquilo que Pêcheux (2009 [1975]) pontua sobre formação discursiva enquanto “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.”

Nesta análise, além de propor um olhar crítico às formações discursivas apresentadas, busca-se compreender como se dá a composição desses discursos. Observam-se as posições sócio-históricas e ideológicas ocupadas pelos sujeitos enunciativos, os interdiscursos e as vozes que dialogam para construção desse novo discurso, levando em consideração as condições de produção. Para isso, discorre-se a partir de uma visão favorável a uma Educação Linguística Queer a fim de evidenciar seus propósitos, benefícios e necessidades. Apresentamos aqui duas das FDs trabalhadas.

FD1: “Não menos importante, a linguagem neutra, em suposta tentativa de incluir grupos marginalizados, segrega outros, como pessoas autistas e dislexos, por inibir o processo de entendimento gráfico, além de cegos, que, após longo processo para redescobrir a leitura por programas e aplicativos, perderão a eficiência dos mesmos, dada a incompatibilidade em pronunciar algorismos sem qualquer padronização ou fonética gramatical.”

O sujeito, ao dizer que “em suposta tentativa de grupos marginalizados, (a linguagem neutra) segrega outros”, sugere às antigas grafias como alun@, meninx e outras. Tal preocupação se mostra pertinente ao pensarmos que principalmente indivíduos autistas e dislexos já apresentam certa dificuldade em compreender a linguagem de forma geral, bem como é sabido que leitores de programas apresentam problemas para ler sinais como @ e x. No entanto, a proposta da linguagem inclusiva de gênero possui caráter diferente nos dias atuais (CAVALCANTE, 2022), como a substituição de a/o por e (exemplos: professore, alune, amigue, etc.) ou de a/e por u (exemplos: elu, delu, aquelu, etc.), que podem ser perfeitamente lidos por leitores digitais.

Outro contraponto que apresentamos a esse argumento é a possibilidade de uma pessoa autista ou dislexa se identificar como uma pessoa de gênero não-binário e/ou utilizar a linguagem não-binário para referir a si ou a outras pessoas. É possível também, fazendo uma rápida pesquisa nas redes sociais, pessoas no espectro autista que

afirmam não ter dificuldade com essa variante, sendo a dificuldade (para alguns) em toda a linguagem, seja ela com a inclusão de novos termos ou não.

FD2: “Diante desse contexto, verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra. Afinal, ‘a realidade está definida com palavras, quem controla as palavras controla a realidade.’ (Antonio Gramsci).”

Apesar da linguagem não-binária ser bastante difundida na comunidade LGBTQIA+ e principalmente entre pessoas de identidade de gênero não-binário, ela se encontra em diversas esferas da sociedade (não apenas em “minúsculos grupos militantes”. Além disso, na sua agenda encontramos não apenas uma defesa à existência de corpos não-binários, mas também um profundo questionamento sobre gênero social e sobre o masculino genérico na língua.

Assumindo a relevância desta discussão, é natural que este assunto também apareça nas escolas, sendo um dos principais locais de socialização entre crianças e adolescentes. Vedar um assunto, recorrente em diversas esferas de nossa sociedade, para questionamentos, debates e discussões na sala de aula e qualquer veto a este importante debate se configura como censura. Como diz Rich (1983): “num mundo onde a linguagem e nomear as coisas são poder, o silêncio é opressão e violência.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos aqui explorados se mostram como mecanismos de censura e de violência não apenas contra a linguagem não-binária mas contra corpos dissidentes. Nesta análise, confrontamos tais discursos à luz da Linguística *Queer* e da Análise do Discurso a fim de conhecer como estes foram estruturados e com que outros discursos conversam. Ao analisar as FDs selecionadas, foi possível constatar que os sujeitos se valem de diversas preocupações - como preservação do português padrão e dos valores tradicionais da família - como ferramenta para proibir a variedade “neutra”.

No entanto, a discussão sobre a linguagem não-binária já constitui papel relevante em nossa sociedade, fazendo-se necessário que espaços para esta sejam criados em sala de aula a fim de garantir o pensamento crítico dos alunos, além da

inserção dos mesmos em práticas sociolinguísticas relevantes na sociedade. A censura também favorece que o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ avance como também compactua com a discriminação para com outras performances de gênero, estas fora da cisheteronormatividade. Nisso, uma Educação Linguística *Queer* se mostra emergente na formação intelectual e exercício da cidadania dos alunos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística. Aplicada*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005
- BORBA, Rodrigo. Conhecendo a linguística queer: Entrevista com Rodrigo Borba. *REVISTA X*, Curitiba, volume 14, n. 4, p. 8 - 19, 2019
- BOSSAGLIA, Giulia. *Linguística Comparada e Tipologia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa: Edição crítica*. Editora Vozes. 2019.
- MAZZARO, Daniel. Por uma educação linguística queer: estranhando conceitos e práticas. *Gragoatá, Niterói*, v.26, n. 56, p. 1052-1084, set.-dez. 2021
- MAZZARO, Daniel; MARINS-COSTA, Elzimar Goettenauer de. Os conceitos que subjazem ao termo “ideologia de gênero”: uma análise de textos. In: LAU, Héilton Diego; FATIMA, Welton da Silva de (org.). *Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: efeitos e práticas da/na violência*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 191-21
- Michaelis: *Dicionário escolar língua portuguesa (4ª edição)*. São Paulo: Melhoramentos, 2019.
- MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, Anna C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2009, v. 2, p. 101-142
- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP Pontes, [1999], 2005a
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Uberaba, n. 10, 1984, p. 9-26.
- POSSENTI, Sírio et al. *Linguagem "neutra": língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, ed. 1, 2022.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: Ensino plural*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.